

**ANTIESPECISMO E PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: POSSIBILIDADES  
EMANCIPATÓRIAS**

**ANTIESPECISMO Y PEDAGOGÍA HISTÓRICO-CRÍTICA: POSIBILIDADES  
EMANCIPATORIAS**

**ANTISPECIESISM AND HISTORICAL-CRITICAL PEDAGOGY: EMANCIPATORY  
POSSIBILITIES**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i2.54688>

Guilherme Torres Correa<sup>1</sup>

Camila Itikawa Gimenes<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo discutir o especismo como elemento constitutivo do metabolismo sociedade-natureza no capitalismo, materializado em uma estrutura social de exploração dos animais não-humanos pelos animais humanos. Destarte, o texto busca sustentar que a luta antiespecista tem a potencialidade de, ao defender a libertação dos animais não-humanos, contribuir tanto para uma forma de vida menos alienada e mais rica para os humanos, quanto para dirimir os impactos ambientais da indústria especista. Assim, dada sua possibilidade histórica, e por carregar em si potencialidades riquíssimas de formação humana, assume-se o antiespecismo como um conteúdo de educação escolar coerente com a pedagogia histórico-crítica.

**Palavras-chave:** Educação ambiental. Veganismo. Escola. Conteúdos escolares.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo discutir el especismo como elemento constitutivo del metabolismo sociedad-naturaleza en el capitalismo, materializado en una estructura social de explotación de animales no humanos por animales humanos. Así, el texto busca sostener que la lucha antiespecista tiene el potencial, al defender la liberación de los animales no humanos, de contribuir tanto a una forma de vida menos alienada y más rica para los humanos, como a reducir los impactos ambientales de la industria especista. Así, dada su posibilidad histórica, y porque conlleva potencialidades riquísimas de formación humana, el antiespecismo se asume como un contenido de educación escolar coherente con la pedagogía histórico-crítica.

**Palabras clave:** Educación ambiental. Veganismo. Escuela. Contenidos escolares.

**Abstract:** This article aims to discuss speciesism as a constitutive element of society-nature metabolism in capitalism, materialized in a social structure of exploitation of non-human animals by human animals. Thus, the text seeks to sustain that the antispeciesist struggle has the potential, by defending the liberation of non-human animals, to contribute both to a less alienated and richer way of life for humans, and to reduce the environmental impacts of the speciesist industry. Thus, given its historical possibility, and because it carries with it very rich potentialities of human formation, antispeciesism is assumed as a content of school education coherent with the historical-critical pedagogy.

**Keywords:** Environmental education. Veganism. School. School contents.

### Introdução

Este texto parte de uma posição inegociável: a defesa radical de todas as formas de vida<sup>3</sup>. Não por outro motivo, já de início denunciemos o maior e principal inimigo da vida: o capital. Ninguém ou nada explorou e matou tanto como o capital. É disso que se trata, então: da morte do capital.

No capitalismo, a vida é organizada, contraditoriamente, pela exploração e pela morte, esta também como metáfora, quando, por exemplo, o individualismo impõe um modo de vida do *eu* contra o *outro*, da morte do *outro* para que o *eu* sobreviva.

Essa é a forma social do individualismo egoísta, inerente ao estranhamento gerado pela apropriação privada dos meios pelos quais produzimos, atendemos necessidades e transformamos o mundo. O fetiche da mercadoria, o mundo de coisas que são trocadas, a redutibilidade do ser humano a uma mercadoria que compra mercadorias e as troca por outras como fim em si mesmo, propiciam um entendimento fragmentado da natureza e do que é humano, posto que só se pode aceitar vender algo se a unidade da vida é esfacelada em partes aparentemente isoladas. (LOUREIRO, 2019, p. 31)

Aqui falaremos um pouco sobre este esfacelamento. E sobre uma dessas partes aparentemente isoladas. Não porque a consideramos a mais importante, mas porque também é importante, porque também é vida, e com alguma frequência esquecida por nós marxistas.

A luta antiespecista – ou seja, o combate ao especismo, estrutura social de exploração dos animais não-humanos pelos humanos – tem seu valor em si mesma, pois o sofrimento de animais não-humanos provocado de maneira sistemática (planejada e generalizada) é, por si, uma justificativa suficiente para uma profunda reflexão ético-moral sobre a dignidade da vida animal como um todo (FELIPE, 2021; MAURIZI, 2021). Entretanto, o especismo também tem como consequência direta e indireta a desumanização e alienação dos próprios seres humanos (VINT, 2009). Assim, tal como o racismo ou o machismo, que existiam antes da hegemonia do capitalismo, mas que foram reconfigurados como opressões essenciais a este, o especismo não só se atualizou sob o modo de produção capitalista, como também se intensificou, passando pelo processo de subsunção formal e real ao capital (HURN, 2012; COSTA, 2020b; MAURIZI, 2021).

A exploração dos animais não-humanos no capitalismo, é importante reiterar, se dá de modo industrial sendo organizada não pela espécie humana como um todo, mas pela classe dominante, que explora tanto os animais não-humanos como os trabalhadores assalariados. Não queremos com isso igualar a exploração entre animais não-humanos e humanos, que diferem qualitativamente, e estes não agem necessariamente em solidariedade com os animais não-humanos só porque também estão sendo oprimidos e explorados. De todo modo, as relações capitalistas de produção não se baseiam apenas no antagonismo entre os capitalistas e a classe trabalhadora, mas também entre a classe dominante e a natureza, incluindo os animais não-humanos (AMAL, 2018).

Os animais não-humanos são incorporados ao modo de produção capitalista como mercadorias, como *meios de produção*, não compõem a *força de trabalho*, não participam, portanto, de modo imediato nas relações sociais como indivíduos ativos (*força de trabalho*). Assim, o termo exploração é utilizado neste texto como exploração da natureza, de sorte que os proprietários dos meios de produção lucram com o

trato nefasto com os animais e a natureza e não com relação à teoria do valor-trabalho (VINT, 2009; AMAL, 2018; MAURIZI, 2021).

São múltiplas as relações entre o especismo e dimensões da vida social, de maneira que são diversas as formas com que se conectam à alienação e à desumanização dos próprios animais humanos. Sabemos, com Marx (2010), que o capitalismo promoveu exponencialmente a dicotomia entre ser humano e natureza, acabando por levar a patamares nunca antes vistos o processo de alienação humana, de sorte que também neste processo de alienação do ser humano em relação à natureza estão inseridas nossas relações com os animais não-humanos (MIDGLEY, 1994)<sup>4</sup>. E mais, a exploração animal se realiza industrialmente, conforme as necessidades de reprodução ampliada do capital e *pari passu* à intensificação da exploração da classe trabalhadora (AMAL, 2018; COSTA, 2020b; MAURIZI, 2021). Para efeito de dimensionamento, o trabalho em frigoríficos, por exemplo, é uma das principais fontes de doenças ocupacionais, acidentes de trabalho, sofrimento psíquico, de mortes e de trabalho análogo à escravidão no Brasil (MARRA; COHEN; CARDOSO, 2019; ALIAGA et al., 2021; DIAZ, 2021). Além disso, o complexo industrial de exploração dos animais não-humanos tem sido uma das principais causas do processo de emergência climática, da poluição de rios e solos, bem como do surgimento de novas e ameaçadoras doenças (COSTA, 2020a).

A lista de instâncias de alienação é extensa e não temos como esgotá-la aqui, porém, para efeito de argumentação, apresentamos algumas destas esferas de forma resumida, quais sejam: a) o “referente ausente”, isto é, o animal não-humano é criado e abatido distante de nossos olhos, e seus corpos mortos chegam ao consumidor “ocultos” em fragmentados e renomeados dissociados do animal de origem (ADAMS, 2018), muitas vezes em embalagens em que os próprios animais explorados (e mortos) aparecem desenhados com expressão de pura alegria (até mesmo infantilizados), que no marxismo chamaríamos de “fetichismo da mercadoria” (COSTA, 2020b); b) o “universal alienado”, pois as relações opressoras com os animais não-humanos – ao nos afastarmos deles, e considerando-os apenas meios para nossos fins – nos tornam menos capazes de perceber suas inúmeras e ricas faculdades, perdendo, assim – conforme a tese de Marx (2010) de que somos seres capazes do universal – a chance de com base no conhecimento dessas faculdades desenvolvermos as nossas próprias potencialidades de forma ampliada (MIDGLEY, 1994); c) a reprodução do machismo, haja vista a cultura carnista ser extremamente sexista em diversos aspectos (ADAMS, 2018).

Portanto, o especismo produz sofrimento aos animais não-humanos e, ao produzi-lo, também os animais humanos têm reduzidas as suas possibilidades de existência. É a partir desse argumento que é proposta a discussão ora apresentada buscando articular a dimensão filosófica e ambiental da luta antiespecista à educação escolar com a pedagogia histórico-crítica. Além desta introdução, o texto está organizado quatro partes, são elas: o antiespecismo como possibilidade histórica; a educação ambiental crítica e o antiespecismo na construção de outro metabolismo ser humano e natureza; aproximações entre antiespecismo e pedagogia histórico-crítica; palavras finais.

***Antiespecismo como possibilidade histórica***

Assumimos o antiespecismo como a luta que compreende o veganismo como uma possibilidade histórica, no sentido tanto de que vislumbrá-lo só foi possível em determinadas condições históricas – uma perspectiva filosófica específica, por exemplo, que não poderia brotar absolutamente do nada –, quanto de que realizá-lo só é possível em determinadas circunstâncias históricas – isto é, sob certo desenvolvimento das forças produtivas. Neste sentido, cabe apresentar o veganismo como uma forma de vida possível historicamente, tal como o comunismo (ainda que o escopo de ação de ambos seja diverso – e um deles mais potencialmente universal que o outro). Cabe salientar, também, que assim como o comunismo, o antiespecismo tem o desafio de estabelecer o diálogo com as diferentes culturas, especialmente aquelas em que comer ou sacrificar animais cumprem um papel culturalmente ordenador e de não exploração.

Tanto antiespecismo como veganismo incorporam a sensibilidade como critério definidor da necessidade de proteção dos animais não-humanos. Este conceito designa a percepção de animais em experiências positivas e negativas, situações de bem-estar e mal-estar, incluindo a vivência de prazer e sofrimento. Estas percepções são possíveis aos animais, não apenas vertebrados mas também invertebrados, devido à existência de um sistema nervoso central, mesmo os mais simples, com presença de nociceptores (OLIVEIRA; GOLDIM, 2014). Como sintetizado na pergunta ainda hoje referência para a definição de sensibilidade formulada pelo filósofo Jeremy Bentham no século XVIII: a questão não é se os animais podem raciocinar, ou mesmo se podem falar, mas antes, eles podem sofrer?

Destacamos que, embora o termo veganismo tenha maior circulação e produza maior identificação em nosso tempo, não o utilizamos como sinônimo de antiespecismo pois carregam diferentes visões de mundo, inserem-se em campos políticos diversos e propõem diferentes formas de prática social. O primeiro foi apropriado por correntes liberais e pós-estruturalistas com críticas às relações de poder entre animais humanos e não-humanos (de base moral) e propostas de mudanças de consumo individuais tanto alimentares (dieta vegetariana estrita) como nos demais campos da vida (produtos de higiene pessoal e de limpeza, vestuário, cosmético...), compreendida dentro dos limites do consumo “sustentável” do indivíduo, de modo a ser comumente identificado como um estilo de vida.<sup>5</sup> E, ainda, a crítica legal ao especismo que encontra como resposta os direitos dos animais não-humanos. Todas têm em comum apontar para questões reais da relação ser humano e natureza, porém sem identificar sua base no modo de produção capitalista, propondo saídas de cunho idealista e, em geral, limitadas à ação do indivíduo (AMAL, 2018).

Outro ponto que temos de considerar criticamente em relação ao veganismo idealista é que ao elaborar uma crítica dura ao antropocentrismo, acaba por também afirmar que não há diferença ontológica entre os humanos e as demais espécies. Ora, justamente por seu idealismo, esse tipo de veganismo não tem as condições de perceber a contradição em que está imerso. Portanto, a discussão ora apresentada pauta-se pela disputa e superação da noção de veganismo por incorporação, ou seja, incorporando os avanços produzidos, como a visibilidade alcançada, pela categoria antiespecismo.

Por exemplo, ao estabelecermos uma linha divisória a partir do critério da sensibilidade valemo-nos justamente de um instrumento humano por excelência que é a ciência; ou seja, ao postular uma igualdade ontológica entre as espécies, o veganismo idealista afirma simultaneamente uma diferenciação substancial.

Certamente que essa defesa da igualdade pode se fazer do ponto de vista ético-moral, isto é, afirmando a dignidade de outras espécies, mas tal valor não deixa de ser, ao fim e ao cabo, uma criação humana.

E aqui chegamos numa questão incontornável: o ser humano é a única espécie capaz de sentir empatia pelas outras espécies de modo tendencialmente universal. Assim, contraditoriamente, ao se afirmar como uma filosofia que busca combater a centralidade da espécie humana sustentando que não somos ontologicamente diferentes dos demais seres, certo veganismo moralista se vale, mesmo sem se dar conta, da ideia do ser humano como a espécie mais universal. Aqui neste trabalho, onde advogamos pela luta antiespecista, entendemos que essa característica de universalidade do ser humano não lhe confere um valor diferencial em relação às demais espécies, mas não temos problemas em assumir que somos uma espécie ontologicamente diferente e portadora dessa capacidade historicamente desenvolvida que é a universalidade. Ainda neste ponto, se a humanidade fosse apenas mais uma entre as espécies, sem qualquer distinção especial, como poderíamos afirmar que somos os responsáveis por uma crise ecológica? Se o ser humano é a única espécie capaz de promover uma crise ecológica de dimensão colossal, é porque somos diferentes em alguma dimensão, mesmo que negativamente.

Enfim, tal como disse Marx, o ser humano é o único ser universal, o único capaz de assumir o ponto de vista de todas as espécies e formas de ser, o que se expressa, por exemplo, nas mais diversas disciplinas científicas, como a etologia e a ecologia, ou nas mais variadas filosofias e cosmopercepções, com os limites e possibilidades próprios a cada uma. Associado a esse aspecto fundamental de nossa ontologia, temos, como já comentamos, que a exploração de animais não-humanos “não mais corresponde a necessidades naturais ou históricas, devido ao desenvolvimento das forças produtivas, que possibilitariam outras formas de obtermos alimentos e demais recursos que antes obtínhamos através dos animais, a custo do seu sofrimento e da retirada da sua autonomia” (COSTA, 2019, s/p). Deste modo, entendemos que a conjunção entre a) a nossa capacidade historicamente desenvolvida para a universalidade, ou seja, a capacidade, entre outras coisas, de percepção do sofrimento animal e do processo de desanimalização “ao privar o animal da sua vida natural e desconsiderar sua sciência” (COSTA, 2019, s/p); b) e a superação da necessidade de exploração dos animais não-humanos por conta do desenvolvimento das forças produtivas, nos coloca em condições de afirmar, a partir do marxismo, que esta exploração não mais se sustenta do ponto de vista ético, histórico, econômico e social. Como muito bem enfatiza Maurizi (2021), nós não exploramos as demais espécies porque as consideramos inferiores, mas, inversamente, nós as consideramos inferiores (in)justamente porque as exploramos. Trata-se, pois, de uma luta **política** cujos pressupostos estão dados e justificados.

Ainda refletindo sobre a universalidade, com todas as suas contradições, a humanidade, justamente por essa dimensão, não deixa de ser a própria natureza pensando a si própria, a própria natureza se entendendo... universo. Até segundo aviso, ou contato de outro grau, a humanidade – ela mesma um acontecimento não necessário, em outras palavras, ela mesma uma possibilidade do próprio devir da natureza – não tem como escapar de sua excepcionalidade. Ela está “condenada” a narrar a autobiografia do universo. E essa condenação pode ser mais ou menos digna, mais ou menos encantadora, mais ou menos justa, mais ou menos poética, conforme viva sua excepcionalidade de forma menos ou mais dominadora.

Destarte, a questão cósmico-histórica que se apresenta à humanidade é: afirmar a sua excepcionalidade negando-a, realizar a universalidade não no todo, mas com o todo, por meio dele. No entanto, o todo sem mediação é uma quimera, não há universal digno, encantador, justo e poético sem mediações. O antiespecismo certamente é uma dessas mediações, mas desde que integrado a outras mediações: as lutas anticapitalista, antipatriarcal, antirracista<sup>6</sup>, antiLGBTfobia, anticapacitista.

### ***A educação ambiental crítica e o antiespecismo na construção de outro metabolismo<sup>7</sup> sociedade e natureza***

Incorporamos a educação ambiental à discussão apresentada sobre antiespecismo numa perspectiva marxista como mediação à articulação pedagógica entre antiespecismo e pedagogia histórico-crítica tendo em vista a relação já bem estabelecida, inclusive via legislação<sup>8</sup>, da educação ambiental como fundamento educativo bem como de sua potencialidade, quando abordada na perspectiva crítica, de promover um sistema de reprodução sociometabólico fundamentalmente diferente.

Como anunciamos no começo do texto, partimos da defesa radical de todas as formas de vida. Não estamos sozinhos, claro, nessa posição. Loureiro (2019), para quem a vida é o cerne do processo educativo ambiental, também assume que “sua defesa intransigente é uma exigência” (p. 30). Temos total acordo com as proposições do autor nesta e em outras obras (LOUREIRO, 2012) quanto à relevância da educação ambiental crítica e marxista, seja ela formal ou informal, embora nosso foco de atenção aqui seja a educação escolar com todos os seus limites revolucionários inerentes. Contudo, Loureiro, bem como outros autores e autoras da educação ambiental crítica e marxista (OLIVEIRA; KAPLAN; DAWIDMAN, 2021; AGUDO; TOZONI-REIS, 2021, 2020; LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013; TREIN, 2012; LOUREIRO et al., 2009), não avançam na direção da luta antiespecista. Isso não significa não haver elementos em suas próprias produções que permitam um avanço nessa direção:

Emancipação, para o pensamento crítico, é o movimento histórico realizado por pessoas postas em condições objetivas de dominação e subalternidade produzidas pelas formas de expropriação capitalistas e pelas relações alienadas que as constituem. Assim, não é um ideal de libertação pessoal de “amarras” abstratas, nem é a ação de um indivíduo isolado e racionalmente preparado para agir, mas a superação objetiva das relações sociais que nos limitam enquanto humanidade e impõem uma forma destrutiva de nos relacionarmos com a natureza. É uma possibilidade histórica relativa a todos. Por isso, essa discussão, que parece ser tão somente social, é vital para as questões ambientais. (LOUREIRO, 2019, p. 22-3)

Ora, a luta antiespecista que aqui defendemos não se coloca na perspectiva de indivíduos isolados, mas precisamente no sentido da superação do capital, este limitador de nossa humanidade e destruidor da natureza. Além disso, a forma de vida não especista já é uma possibilidade histórica, isto é, já desenvolvemos as forças produtivas de modo a satisfazer todas as nossas necessidades básicas sem termos de explorar os animais não-humanos. Obviamente, e novamente, estamos falando aqui do ponto de vista da sociedade como um todo, não de indivíduos isolados. O veganismo é uma possibilidade histórica *social* concreta, não *individual*, embora muitos indivíduos possuam condições concretas para assumi-lo.

Loureiro (2012), muito acertadamente, realiza a crítica das concepções pedagógicas ambientais que focam na mudança de comportamentos, como se a somatória de novos comportamentos individuais pudesse alterar as relações sociais de produção. Estas concepções, como o próprio autor diz, são moralistas e antidialéticas, e definitivamente nossa proposta se coloca nas antípodas de tais concepções, como desenvolveremos mais adiante. Todavia, isso não significa sermos contra mudanças de comportamentos, mas, para tanto, necessitamos, no mínimo, “compreender como são os ambientes de vida, qual a posição social ocupada pelos diferentes grupos e classes, como estes produzem, organizam-se e geram cultura, bem como as implicações ambientais disso, para que uma mudança possa ser objetivada” (LOUREIRO, 2012, p. 86). Assim, por mais que seja importante “cada um fazer a sua parte e dar o exemplo”, temos de transformar objetivamente as relações sociais. Precisamos, destarte, “não dissociar indivíduo e sociedade para que os objetivos da educação ambiental se realizem” (p. 87).

Desta feita, tal como Marx e Engels (2007, p. 38) entendiam o comunismo não como “um *estado de coisas* [*Zustand*] que deve ser instaurado, um *Ideal* para o qual a realidade deverá se direcionar”, mas o “movimento *real* que supera o estado de coisas atual”, nós entendemos o veganismo não como uma forma de vida que deve ser instaurada, um ideal para o qual a sociedade deverá se direcionar, mas o movimento real que supera o atual estado de relações com os animais não-humanos e com a natureza. Tal como construímos o comunismo pela luta revolucionária, buscamos construir o veganismo pela luta antiespecista, e esta como um momento daquela. Por isso avaliamos que a educação ambiental crítica e marxista pode (e deve?) incorporar o antiespecismo no seu âmago.

Entendemos o antiespecismo como uma relevante mediação entre ser humano e natureza para uma proposição teórica e prática de superação do sociometabolismo do capital por possibilitar não só uma relação menos alienada com os animais não-humanos como também quanto aos usos dos recursos naturais, como água, solo, grãos, produção de gases que afetam o efeito estufa<sup>9</sup>. Os danos ecológicos causados com a monocultura, em grande medida voltada para a produção de ração, e a pecuária industrial levam ao desmatamento de florestas tropicais e outros biomas (como o cerrado no Brasil) e à poluição das águas e do solo, que já são parcialmente irreversíveis; ano a ano os eventos climáticos extremos ganham novas proporções<sup>10</sup>.

Além dos nefastos impactos ambientais, a produção de proteína animal em escala industrial também leva a perdas energéticas significativas, pois ao passar de um nível para outro na cadeia alimentar, ou seja, quando os cereais são utilizados para ração que servirá de alimento para um animal não-humano, parte da energia é degradada. Portanto, parte significativa da energia contida nos cereais utilizados para produzir ração é utilizada para a manutenção da vida do animal (respiração, produção de calor, produção de novas células...). Não é quantitativamente equivalente a disponibilidade energética se compararmos a produção de grãos para alimentar os seres humanos e aquela para o consumo de animais não-humanos na pecuária a fim de produzir carne e demais produtos de origem animal (ovos, leite e derivados lácteos) que servirão de alimento para seres humanos, sendo significativamente menor no segundo caso. É possível afirmar que dietas vegetarianas estritas são poupadoras de recursos naturais, sobretudo tendo em vista a demanda crescente por proteína animal nas últimas décadas<sup>11</sup>.

A situação não é diferente em relação à pesca, podendo levar ao colapso dos oceanos com projeções de se ter, em peso, mais plásticos do que peixes até 2050<sup>12</sup>. Apesar da campanha contra o uso do canudinho plástico, o problema do plástico nos oceanos têm outra origem. Uma pesquisa da Ocean Cleanup mostrou que ao menos 46% do plástico na “Ilha de lixo do Pacífico”, um redemoinho flutuante entre a Califórnia e o Haváí do tamanho da França, vêm de redes de pesca (LEBRETON et al., 2018).

Esse processo é decorrente da industrialização da pesca ao longo do século XX e continua no século XXI, com a pesca artesanal sendo reduzida apenas a alguns nichos específicos. Assim como a carne cultivada pela pecuária, também a pesca por redes de arrasto comerciais tem crescido, com o aumento de recursos marinhos pescados em níveis biologicamente não sustentáveis passando de 10% em 1974 para 34,2% em 2017. A aquicultura longe de ser uma solução para esta questão, recai nos mesmos problemas apresentados em relação à pecuária (PRÁ; D’AGOSTINI, 2023).

Tais problematizações quanto à produção industrial de proteína animal podem ser postas porque hoje uma alimentação vegetariana estrita foi produzida como uma possibilidade histórica. Com tal afirmação não se quer negar a importância histórica da utilização dos animais não-humanos para o desenvolvimento da civilização humana. No entanto, as forças produtivas de hoje não apenas permitem uma relação menos alienada com os animais não-humanos e mais humanizada em relação ao seu sofrimento, mas também tornam possível e necessário reestruturar as relações de produção. Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento das forças produtivas permite esse avanço histórico não se pode ignorar que também permite uma ampla destruição; ele contém a possibilidade de libertação e, ao mesmo tempo, de total reificação, desconsideração e aniquilação da vida (AMAL, 2018).

Ao levantar a questão do uso dos recursos ambientais e de uma dieta vegetariana estrita não queremos reduzir a problemática a uma resolução por hábitos de consumo pautada pela mudança de comportamentos individuais, conforme críticas aos limites de tal abordagem apresentadas anteriormente neste texto<sup>13</sup>. Apontamos a dimensão da dieta alimentar a partir de uma perspectiva materialista e baseada na luta pela soberania alimentar que, quando combinada com as questões ambientais, sobretudo num país pautado pelo agronegócio e setor financeiro como é o caso brasileiro, a dimensão da indústria de produção de proteína animal não-humano e sofrimento não é uma questão menor.

Tal dimensão é parte do metabolismo sociedade e natureza no capitalismo. A educação ambiental volta-se para esse metabolismo a fim de buscar compreender não apenas seus nexos como também promover sua superação tendo em vista, em especial, a dimensão da crise ambiental em que nos encontramos. Para tanto, é fundamental a compreensão da natureza e sociedade enquanto um par dialético, não sendo possível sua separação. Ou seja, não só a natureza se entrelaça à sociedade, por exemplo, dado o avanço das forças produtivas, a degradação ambiental incorpora paulatinamente o ambiente à sociedade, como também a sociedade só pode existir integrada ao natural, dada a impossibilidade da existência fora da materialidade biológica e física dos seres vivos. Tal relação dialética é parte não apenas de uma compreensão de sociedade, como também da própria natureza, como assevera Foster (2005).

Uma abordagem dialética nos força a reconhecer que os organismos em geral não se adaptam simplesmente ao seu meio ambiente, mas também afetam o meio ambiente de



várias maneiras e, afetando-o, modifica. A relação é, pois, recíproca. “O solo”, por exemplo, “sofre mudanças evolucionárias grandes e duradouras em decorrência direta da atividade das plantas que ali crescem, e essas mudanças por sua vez retroagem nas condições de existência do organismo”. (FOSTER, 2005, p. 32)

Quer dizer, o ser humano não pode se separar da natureza, pois ele próprio, como ser vivo, é parte da natureza, a constitui e é por ela constituído. No capitalismo tal separação, entre humano e natureza, é produzida num mesmo movimento em que se produz a contradição entre capital e trabalho, que aliena o trabalhador de seu objeto e do processo de trabalho, de ser integrante do gênero humano, bem como uns dos outros humanos. Ainda, como demonstra o trabalho seminal de Foster (2005) ao explicitar as mediações entre sociedade e natureza nos escritos de Marx, e as contribuições da educação ambiental crítica e marxista, a alienação do trabalho é inseparável da alienação dos humanos da natureza, tanto de sua própria natureza interna quanto da natureza externa, a alienação, em seu conjunto, implica a alienação não apenas de si mesmo, “mas também da sua existência real, sensorial: da sua relação com a natureza” (FOSTER, 2005, p. 108).

A alienação do ser humano da natureza se dá no mesmo impulso político-econômico da alienação do trabalho, que constitui, por sua vez, a alienação da Terra, de modo que sua propriedade privada em favor de poucos engloba não apenas o cercamento de terras comuns, o surgimento de grandes propriedades e o deslocamento dos camponeses (que atira a grande maioria da população ao trabalho assalariado), como de todas as criaturas vivas que nela habitam. Tal noção de propriedade corrobora com a degradação da Terra alienada do conjunto da humanidade, pois se tem a aparência de um espaço privado onde as “escolhas” poderiam se dar pelo seu proprietário, até mesmo naquilo capaz de causar profundas consequências para a humanidade e o conjunto mais amplo de seres viventes. No trecho abaixo de Marx, em *O Capital* volume 3, apresentado por Foster (2005, p. 219), a relação entre campo e cidade e entre indústria e agricultura em larga escalas é apresentada em sua falha de integração metabólica entre humano e natureza.

A indústria de larga escala e a agricultura de larga escala feita industrialmente têm o mesmo efeito. Se originalmente elas se distinguem pelo fato de que a primeira deixa resíduos e arruína o poder do trabalho e portanto o poder natural do homem, ao passo que a última faz o mesmo com o poder natural do solo, elas se unem mais adiante no seu desenvolvimento, já que o sistema industrial aplicado à agricultura também debilita ali os trabalhadores, ao passo que, por seu lado, a indústria e o comércio oferecem à agricultura os meios para exaurir o solo.

Essa concepção histórica e ontológica que Foster desenvolve a partir de Marx para compreender as questões ecológicas dialoga diretamente com as considerações de Loureiro (2019). Ao buscar trabalhar o tema da educação ambiental por um viés marxista, especialmente em relação ao método, Loureiro comenta sobre alguns equívocos teóricos que são resultados de confusões conceituais a-históricas e não dialéticas. Um destes equívocos é justamente afirmar que sempre houve destruição da natureza. Neste caso, acaba-se igualando “a destruição com a transformação da natureza para criação de meios de vida” e dando “um conteúdo universal e atemporal à destruição, considerando-a similar em qualquer tempo histórico, favorecendo discursos fatalistas e imobilistas”. Perdemos, assim, conforme o autor, “a capacidade de estabelecer relações, nexos, explicações que permitam a problematização dos fenômenos, a crítica do

existente e a possibilidade de elaborar alternativas com referência à materialidade em que estamos inseridos” (p. 98).

Ora, como vimos, esse é exatamente um equívoco teórico (e conseqüentemente prático) de certo marxismo alienado tanto em relação à natureza como um todo, quanto em relação aos animais não-humanos. Não obstante sua extensão, o conteúdo político e pedagógico da resposta a seguir, da militante antiespecista alemã Susann Witt-Stahl (2014, s/p), nos parece digno de compartilhamento:

Se você aceita as nossas ideias e continua a comer carne, também é verdade que continua preso num processo de autoalienação. Você não pode comer animais se realmente os percebe como corpos que sofrem. Se você come animais, inevitavelmente terá uma relação diferente com eles: são apenas coisas, objetos para você – não seres que buscam a felicidade ou que pelo menos querem evitar o sofrimento. Por isso é fundamental que os animais sejam reificados, para que o negócio com eles possa continuar. Somos especistas porque a exploração dos animais é um pilar importante da economia capitalista, e não o contrário. A nível individual, quero romper com esta lógica. Eu simplesmente não quero comer corpos que sofrem e reproduzir essa alienação e falsa consciência com cada pedaço de carne que como. (...) Você está certo quando diz que o veganismo é uma questão de estilo de vida atualmente, mas isso não é culpa do veganismo – ao contrário, o problema é uma economia equivocada, que abre mercados e cria privilégios para certas classes sociais.

Portanto, a luta pela superação da alienação do trabalho articula-se profundamente à luta pela superação da alienação da natureza, assim como a luta pela questão ambiental só pode se completar enquanto luta anticapitalista. O antiespecismo pode contribuir, nesse sentido, com o processo de elucidar mediações alienadas pelo modo de produção vigente e potencializar as possibilidades de emancipação humana e, assim, de toda a natureza. Como assevera Loureiro (2019, p. 112): “É preciso saber de que lado se está na história e se a educação ambiental se fará no sentido das transformações sociais necessárias à vida em sua pujança e diversidade.”

### ***Aproximações entre antiespecismo e pedagogia histórico-crítica***

Certo, mas e a pedagogia histórico-crítica com isso? Pois bem, não seria exagero afirmar, como apontamos, que o especismo é uma forma de opressão que leva necessariamente à alienação humana, isto é, o especismo é uma forma de desumanização. Assim, considerando que a pedagogia histórico-crítica (PHC) entende que o trabalho educativo se configura como “o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”, e que também tem como objetivo a “identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos” (SAVIANI, 2000, p. 17), entendemos que o *antiespecismo* pode se apresentar como um conteúdo deveras relevante para a proposta da PHC. Nossa tese é que por permitir um desenvolvimento superior do gênero humano, a superação do especismo seria uma luta coerente com o que pensa e almeja a PHC.

Neste sentido, concordamos com o argumento do coletivo marxista AMAL (2018) quando reclamam a necessidade de nós marxistas superarmos a hesitação recorrente em relação à luta pela libertação animal, frequentemente considerada ascética, pequeno-burguesa, moralista e engajada em uma causa

insignificante. Como advogam seus membros, não há incompatibilidade entre as críticas antiespecista e a materialista histórica, ao contrário, ambas são incompletas sem a outra. Ademais, tanto a classe trabalhadora, quanto os animais, e na natureza em sua totalidade, compartilham o mesmo inimigo: a burguesia.

Certamente que à escola, e à PHC em particular, não cabem a missão de resolver todas as contradições da sociedade capitalista, o que incluiria o próprio especismo. Todavia, acreditamos que o antiespecismo não é “apenas” mais uma frente de luta contra o capital, ele também carrega em si potencialidades riquíssimas de formação humana. Julgamos que o tema do antiespecismo poderia mobilizar conteúdos, no mínimo, de disciplinas das ciências humanas e das ciências da natureza. Ademais, por ser um tema cuja apropriação demanda uma compreensão ampliada e crítica da sociedade do capital, bem como de sua relação com a natureza – de especial importância para a crítica ao agronegócio, motor da economia e da devastação ambiental brasileiras –, acreditamos que o antiespecismo também instigaria o trabalho com categorias fundamentais do pensamento dialético, como totalidade, mediação e contradição, sendo um potente tema para abordarmos conteúdos que contribuam para o desenvolvimento do que Duarte (2013) denomina de individualidade para si.

O antiespecismo carrega, como demonstrado teoricamente, a potencialidade de inserir-se no bojo da apropriação da cultura historicamente produzida numa perspectiva de humanização ao possibilitar uma compreensão e uma prática menos alienante, uma vez que: contribui para o entendimento de importantes mediações do modo de produção capitalista (como o agronegócio e a indústria da carne); estimula a reflexão ético-moral da relação entre animais humanos, não-humanos e natureza; insere-se na luta por soberania alimentar; entrelaça-se com a educação ambiental; e mobiliza para a produção de relações metabólicas sociedade-natureza anticapitalistas.

Portanto, o antiespecismo pode se configurar como um conteúdo no contexto da educação ambiental crítica e marxista. A educação ambiental é primeiramente educação, de modo que, conforme discutido por Loureiro et al. (2009), a pedagogia crítica é a origem da educação ambiental crítica e, nesse mesmo encadeamento, a PHC é um importante fundamento para a educação ambiental crítica e marxista, que almeja não apenas a crítica ao capitalismo, mas também sua superação e a construção do socialismo.

Nessa direção, Agudo e Tozoni-Reis (2020) discutem as potencialidades da constituição da educação ambiental histórico-crítica fundamentada na PHC, além de como a educação ambiental contribui para o desenvolvimento e construção coletiva da PHC ao “produzir conhecimento acerca da unidade entre conteúdo e forma e sua importância na prática pedagógica”. Consonante com essa formulação, entendemos o antiespecismo como uma unidade entre forma e conteúdo, em que “a forma crítica de ensinar os conteúdos clássicos pode se destacar de maneira elaborada ao se ensinar conteúdos de um campo interdisciplinar numa perspectiva pedagógica histórico crítica” (p. 157).

Caso tais pontos não se mostrem o bastante, poderíamos acrescentar que a luta antiespecista frequentemente é realizada por indivíduos e grupos de consciência liberal (por exemplo, ONGs), assumindo o veganismo mais como um estilo de vida, e pautando-se numa crítica sobretudo moralista, isto é, pela afirmação de que a exploração dos animais se deve ao fato de os considerarmos seres inferiores, quando, na verdade, os consideramos inferiores precisamente porque os exploramos (MAURIZI, 2021). Por sua vez,

no polo mais avançado da crítica antiespecista estão os autonomistas/anarquistas (NOCELLA II et al., 2019; MOTA; SANTOS, 2020), aliados históricos mais próximos dos comunistas em sua luta pela superação do capital. Isso desperta o nosso interesse porque liberais, reformistas<sup>14</sup> e autonomistas/anarquistas têm buscado apresentar propostas com o tema do antiespecismo como componente curricular (NOCELLA II et al., 2019; NUNES; CHAIGAR, 2022). Contudo, embora tais propostas tendam a se valer de uma pedagogia de viés crítico, geralmente têm uma base teórica profundamente eclética. Além disso, essa “pedagogia antiespecista” traz consigo compreensões de ser humano e sociedade distintas daquela proposta pela PHC. Ainda, se considerarmos que no âmbito do campo progressista parte importante do material informativo antiespecista (tanto na educação formal, como na não-formal) tem sido elaborada por autonomistas e anarquistas (NOCELLA II et al., 2019; MOTA; SANTOS, 2020; AN TAR & UVF, 2021), isso implica, implícita ou explicitamente, uma crítica à instituição escolar destoante daquilo que a PHC defende.

Desta feita, embora não consideremos reformistas e autonomistas/anarquistas necessariamente adversários políticos e pedagógicos<sup>15</sup> – especialmente em tempos de barbárie –, entendemos que ao aceitarmos o antiespecismo como um conteúdo potencialmente enriquecedor para a formação humana de nossos alunos<sup>16</sup>, bem como uma frente relevante de luta anticapitalista, isso sem falar no valor intrínseco do fim à opressão dos animais não-humanos, talvez seja o caso de nós, marxistas da PHC, assumirmos essa luta como nossa, buscando, assim, a construção de propostas pedagógicas coerentes com aquilo que acreditamos dever ser a escola e o desenvolvimento da individualidade para si dos estudantes.

### ***Palavras finais***

Colocamos o antiespecismo para o debate tanto em seus próprios fundamentos como suas possibilidades de articulação com a pedagogia histórico-crítica neste artigo a fim de dialogar sobretudo com o campo marxista quanto as suas potencialidades como categoria seja para a leitura da realidade, como para a reflexão teórica e quiçá mudanças práticas de reconfiguração da dieta alimentar que garanta dignidade aos animais humanos e não-humanos e, ainda, para o alargamento dos fundamentos da PHC em consonância com seu projeto de humanização de todos animais humanos bem como da produção da relação entre sociedade e natureza que supere o metabolismo destrutivo do capitalismo assim como as articulações possíveis para sua incorporação no currículo escolar.

Se colocamos tal questão é por entendê-la como uma possibilidade histórica, ainda que se saiba que ela demanda uma ruptura com o processo historicamente produzido de como a humanidade se relaciona com os animais não-humanos e com a cultura alimentar. Todavia, tal texto se insere num campo teórico, político e da prática social pautado pela necessidade de transformação do *status quo*, de superação do capitalismo e de construção do socialismo, portanto, a dimensão revolucionária se impõe em diferentes campos da vida, uma vez que nosso compromisso de produção de um outro metabolismo sociedade e natureza é com o futuro, não com o passado.

Concluindo, o ser humano é o único ser capaz de empatia universal. Negligenciar essa capacidade humana, especialmente considerando sua viabilidade histórica, não deixa de ser uma forma de pacto velado com a alienação. Os estudantes têm direito a mais, e os animais não-humanos também. Em suma, é com esse espírito de solidariedade classista e interespecífica que imaginamos a PHC avançando como a proposta pedagógica mais comprometida com a emancipação da classe trabalhadora.

### Referências

- ADAMS, C. J. **A política sexual da carne**: uma teoria feminista-vegetariana. 2ª ed. São Paulo: Alaúde Editorial, 2018.
- AGUDO, M. M.; TOZONI-REIS, M. F. C. A educação ambiental histórico-crítica: uma construção coletiva. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 31, n. esp.1, p. 143–159, 2020.
- AGUDO, M. M.; TOZONI-REIS, M. F. C. Por uma formação histórico-crítica de pedagogos educadores ambientais na universidade. **Germinal: Marxismo E educação Em Debate**, v. 13, n. 2, p. 607–630, 2021.
- ALIAGA, M. K. L. et al. Por que tantos acidentes de trabalho, adoecimentos e mortes em frigoríficos?. **LE MONDE Diplomatique Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/por-que-tantos-acidentes-de-trabalho-adoecimentos-e-mortes-em-frigorificos/>>. Acesso em: 24 de abr. 2024.
- AMAL – Alliance for Marxism and Animal Liberation [Bündnis Marxismus und Tierbefreiung]. 18 theses on marxism and animal liberation. **Monthly Review Online**, 2018. Disponível em: <<https://mronline.org/2018/08/28/18-theses-on-marxism-and-animal-liberation/>>. Acesso em: 05 de jan. 2023.
- ANTAR & UVF. **Antiespecistas**: o manual do veganismo popular e revolucionário. Editora Terra sem Amos: Brasil, 2021.
- COSTA, A. A. A disputa pelo futuro é hoje. **Instituto Humanitas UNISINOS**, 2020. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/598495-a-disputa-pelo-futuro-e-hoje-entrevista-especial-com-alexandre-araujo-costa>>. Acesso em: 05 de jan. 2022.
- COSTA, M. O marxismo e a questão animal. **LavraPalavra**, 2019. Disponível em: <<https://lavrpalavra.com/2019/09/13/o-marxismo-e-a-questao-animal/>>. Acesso em: 24 de abr. 2024.
- COSTA, M. A forma animal da mercadoria. **LavraPalavra**, 2020. Disponível em: <<https://lavrpalavra.com/2020/06/11/a-forma-animal-da-mercadoria/>>. Acesso em: 05 de jan. 2023.
- DENIS, L. (org.). **Educação & direitos animais**. São Paulo: LibraTrês, 2014.
- DENIS, L. **Educação vegana**: a urgência de novos olhares. São Paulo: FiloCzar, 2021.
- DIAZ, J. C. Relatório da “Repórter Brasil” sobre trabalho escravo na pecuária tem repercussão internacional. **Repórter Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2021/01/relatorio-da-reporter-brasil-sobre-trabalho-escravo-na-pecuaria-tem-repercussao-internacional/>>. Acesso em: 24 de abr. de 2024.
- DUARTE, N. **A individualidade para-si**: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- FELIPE, S. T. Entrevista com Sônia T. Felipe: ética animal, abolicionismo e veganismo no Brasil. **Primordium**, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. X-X, 2021.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Global food losses and food waste**: Extent, causes and prevention. Rome: Food and Agriculture Organization; 2011.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Tradução de Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

- HURN, S. **Humans and other animals**: cross-cultural perspectives on human-animal interactions. London: Pluto Press, 2012.
- LEBRETON, L. et al. Evidence that the Great Pacific Garbage Patch is rapidly accumulating plastic. **Scientific Reports**, 8, article number: 4666, 2018.
- LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e educação**: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.
- LOUREIRO, C. F. B.. **Educação ambiental**: questões de vida. São Paulo: Cortez, 2019.
- LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação E Saúde**, v. 11, n. 1, p. 53–71, 2013.
- LOUREIRO, C. F. B., TREIN, E.; TOZONI-REIS, M. F. C.; NOVICKI, V. Contribuições da teoria marxista para a educação ambiental crítica. **Cadernos CEDES**, v. 29, n.77, p. 81–97, 2009.
- MARRA, G. C.; COHEN, S. C.; CARDOSO, T. A. O. Reflexões sobre o trabalho em frigoríficos e seus impactos sobre a saúde dos trabalhadores. **Trabalho & Educação**, v. 28, n. 2, p. 231-43, 2019.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MAURIZI, M. **Beyond nature**: animal liberation, marxism and critical theory. Leiden: Brill, 2021.
- MIDGLEY, M. Bridge-building at last. In: MANNING, A.; SERPELL, J. **Animals and human society**: changing perspectives. London: Routledge, 1994.
- MOTA, A. G; SANTOS, K. W. **Libertação animal, libertação humana**: veganismo, política e conexões no Brasil. Juiz de Fora, MG: Editora Garcia, 2020.
- NOCELLA II, A. J. et al. (org.). **Education for total liberation**: critical animal pedagogy and teaching against speciesism. New York: Peter Lang, 2019.
- NUNES, A. N. CHAIGAR, V. A. M. Antes que o céu caia: práticas pedagógicas antiespecistas com crianças na escola pública. **Instrumento**: Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 305-22. 2022.
- OLIVEIRA, E. M.; GOLDIM, J. R. Legislação de proteção animal para fins científicos e a não inclusão dos invertebrados – análise bioética. **Revista Bioét**, n. 22, v. 1, p. 45–56, 2014.
- OLIVEIRA, A. C. B.; KAPLAN, L.; DAWIDMAN, L. N. Por uma educação ambiental crítica-marxista: pressupostos teórico-metodológicos e implicações políticas no embate com as correntes pós-modernas. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 13, n. 2, p. 550–574, 2021.
- PRÁ, L. G.; D'AGOSTINI, A. O mar não está para peixe: análise marxista dos discursos contidos no documentário *Seaspiracy*: mar vermelho. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 15, n. 1, p. 524–537, 2023.
- RITCHE, H.; ROSADO, P.; ROSER, M.. Meat and Dairy Production. **Our World in Data**, 2019. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/meat-production>>. Acesso em 28 de abril de 2023.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 7ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- SOUZA, A. T. B.; OLIVEIRA, D. F.. Ensaio contra o veganismo: por uma criatividade política anticolonial e anticivilizatória. **Revista Caboré**, [S. l.], v. 1, n. 4, p. 40–53, 2021.
- TREIN, E. A educação ambiental crítica: crítica de que? **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 7, n. 14, agosto/dezembro de 2012.
- VINT, S. Species and species-being: alienated subjectivity and the commodification of animals. In: BOULD, Mark; MIÉVILLE, China (org.). **Red Planets**: marxism and science fiction. Middletown, CT: Wesleyan University Press, 2009.
- WITT-STAHN, S. Animal liberation and marxism. **Weekly Worker**, 2014. Disponível em:

<<https://weeklyworker.co.uk/worker/994/animal-liberation-and-marxism/>>. Acesso em 05 de maio de 2023.

### Notas

<sup>1</sup> Doutor em Educação (USP). Pesquisador independente. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6550127480294889>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2543-8650>. E-mail: [correa.gt@gmail.com](mailto:correa.gt@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Educação (USP). Professora da educação básica e do ensino superior. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa "Estudos Marxistas em Educação" (UNESP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3790743153676414>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7130-4517>. E-mail: [cigimenes@gmail.com](mailto:cigimenes@gmail.com).

<sup>3</sup> Quer dizer, a forma fascista de vida não. Fascistas são porcos...Não, porcos são seres vivos que merecem dignidade. O fascismo é a expressão mais aguda da violência inerente ao capital.

<sup>4</sup> Embora o espaço e o escopo deste artigo não nos permitam explorar (no bom sentido) as mais diversas questões que emergem do estudo da temática ecológica (ou ambientalista) e antiespecista a partir do marxismo, é de bom tom indicarmos que esta relação não se deu (e não se dá) sem tensionamentos teóricos, em especial no que diz respeito a certo antropocentrismo na obra marxiana, o que supostamente traria contradições para os estudos ecológicos (ou ambientalistas) e antiespecistas de viés marxista. Uma ótima aproximação teórico-crítica sobre esse ponto, sobretudo no que tange ao antiespecismo, pode ser encontrada em Costa (2019). Aqui trazemos uma passagem bastante ilustrativa da autora, a qual corroboramos: “Entretanto, embora Marx tenha escrito sobre as consequências objetivas da exploração do solo e do desmatamento, a poluição dos rios e a alienação do homem em relação à natureza, ele não se concentrou em estudar as relações entre os humanos e os outros seres sencientes. (...) Apesar disso, é evidente que o antropocentrismo marxista diz respeito à centralidade da atividade humana, histórica, como transformadora do seu meio e da socialidade e não ao desprezo aos outros animais. Quando Marx eleva a atividade humana ao patamar de trabalho planejado em comparação ao trabalho instintivo dos animais, ele expõe as diferenças entre ambas atividades e não invoca, em nenhum momento, um direito natural dos homens em relação aos outros animais devido ao fato do trabalho dos últimos ter caráter imediato. (...) A vasta obra marxiana faz diversas menções a animais, todas elas com caráter descritivo ou comparativo, como quando descreve a expulsão dos camponeses para a transformação das suas lavouras em pastagens para ovelhas, na Inglaterra, ou quando tenta explicar, através da atividade das abelhas, a diferença entre o trabalho humano e o trabalho dos outros animais. É evidente, entretanto, a predominância de uma narrativa despreocupada em relação aos mesmos.”

<sup>5</sup> Todavia, é importante destacar que tal processo não se dá sem contradição, haja vista a existência de militantes, movimentos ou coletivos combativos que se valem do termo veganismo e buscam inclusive disputá-lo. Neste sentido, cabe mencionar o “veganismo periférico”, composto por diferentes sujeitos que têm pautado a luta vegana por um viés popular, trazendo o importante debate sobre soberania alimentar e apontando que o veganismo é de interesse da classe trabalhadora e não está fadado a uma alimentação pouco acessível e estranha à nossa cultura.

<sup>6</sup> A título de exemplo de trabalhos que vêm sendo produzidos na mediação entre antiespecismo e antirracismo, Souza e Oliveira (2021), fundamentando-se no anarquismo, produzem uma crítica anticolonial e anticivilizatória ao veganismo e a defendem um antiespecismo com referências culturais dos racializados, como concepções e práticas Yorúbás e Mundurukú. Tal discussão avança nas relações entre antiespecismo e raça ao mesmo tempo em que implica em limites próprios de seu fundamento. Defendemos a necessidade da produção desse entrelaçamento na perspectiva marxista, uma vez que o fim da opressão aos animais não-humanos apenas será garantida com o fim da opressão aos animais humanos, dada a importância estrutural do especismo, como discutimos neste artigo.

<sup>7</sup> Conceito utilizado por Marx para descrever a relação do ser humano com a natureza através do trabalho, segundo o qual o humano transforma a sua natureza externa e nesse movimento, simultaneamente, altera a sua própria natureza interna. De modo mais amplo, refere-se ao sistema de metabolismo social geral, de relações universais, formado pela primeira vez sob a produção generalizada de mercadorias, ou seja, sob o conjunto complexo e dinâmico das necessidades e relações produzidas de forma alienada no capitalismo (FOSTER, 2005).

<sup>8</sup> A Constituição Federal de 1988 assegura o direito de todos ao “meio ambiente ecologicamente equilibrado” e, no artigo 225, determina que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. Para cumprir com essa determinação, foram instituídas a Política Nacional de Educação Ambiental sob Lei nº 9.795/1999 e Decreto nº 4.281/02 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012).

<sup>9</sup> Isso sem mencionar uma questão não menos importante para nós marxistas, que é a relação entre agropecuária e desigualdade. Para tanto, conferir, por exemplo, as seguintes reportagens: <https://ojoioeotrigo.com.br/2023/10/soja-renuncia-fiscal/> e <https://ojoioeotrigo.com.br/2024/04/expansao-jbs-concentracao-pobreza/>.

<sup>10</sup> Alguns dados mais recentes podem servir de parâmetro para a dimensão do problema apresentado. Dados do IBGE indicam que em 2023, só no Brasil, foram abatidos 1.530.338.208 (isso mesmo, mais de um bilhão e meio) de “frangos”

e 9.153.384 (mais de nove milhões) de “bovinos”. Além disso, o rebanho bovino no Brasil, em 2022, era de 234.352.649 de “cabeças”, ou seja, superior à população humana brasileira. Mas o rebanho de galináceos, para o mesmo ano, era ainda maior: 259.452.999 de “cabeças”. Os dados podem ser conferidos em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/>. Acesso em 24 de abril de 2024.

<sup>11</sup> A produção global de carne aumentou rapidamente nos últimos 50 anos, a produção total mais do que quadruplicou desde 1961. O mundo agora produz mais de 340 milhões de toneladas de carne por ano. Em 2021, o Brasil produziu 29,5 milhões de toneladas de carne. Cerca de 94% da produção global de soja e quase 40% dos cereais são destinados ao consumo pecuário (RITCHE; ROSADO; ROSER, 2017).

<sup>12</sup> Conforme reportagem “Oceanos terão mais plástico do que peixes em 2050, diz estudo” publicada no portal de notícias G1 em 20 de janeiro de 2016. Disponível em <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2016/01/oceanos-terao-mais-plasticos-do-que-peixes-em-2050-diz-estudo.html>>. Acesso em 03 de maio de 2023.

<sup>13</sup> Não queremos, ainda, reduzir a questão ambiental à dieta alimentar. Esta é uma questão complexa, e demanda diversas formas de enfrentamento. Um ponto dramático, por exemplo, é quanto ao desperdício de alimentos que, segundo a *Food and Agriculture Organization* - FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), soma em torno de um terço da produção. Tal quantia de alimento desperdiçado seria suficiente para alimentar quatro vezes o número de pessoas que passam fome no mundo, estimado em 868 milhões de pessoas (FAO, 2011).

<sup>14</sup> Nesse âmbito, há autores e militantes destacados e históricos no campo do veganismo, como Leon Denis e Sônia Felipe (cf. DENIS, 2014; DENIS, 2021), que fazem uma crítica importante a certa defesa dos direitos animais que se pautam em algo como um reformismo animalista, ou seja, uma defesa mais de redução de danos (também chamado de bem-estarismo) do que propriamente abolicionista, perspectiva adotada por ambos. No entanto, o relevante abolicionismo vegano desses autores não se estende a uma concepção política radical, de transformação revolucionária da sociedade. Assim, em última instância, a partir do ponto de vista da totalidade, podemos afirmar que suas perspectivas também são reformistas e moralistas. De todo modo, isso não significa descartar as propostas curriculares de Denis e de outros autores nas obras citadas, por exemplo, que em suas intervenções buscam pensar uma educação vegana crítica.

<sup>15</sup> A propósito, não há por que discordarmos de Jacobs (2014), embora nossas concepções político-pedagógicas diverjam, quando a autora afirma: “A escola, com seu aparato curricular, diretrizes estaduais e nacional, livros didáticos, concepção de formação inicial e continuada de professores, cumpre seu papel de produção e reprodução do modelo hegemônico de sociedade, que tem o especismo como forte aliado na alimentação das desigualdades e do próprio capitalismo.” Ainda, como denuncia a autora, os militantes (“ativistas”, nos seus termos) veganos, que são docentes, geralmente estão isolados no ambiente escolar. Não teríamos quaisquer problemas, por exemplo, de tê-los como parceiros na luta pela inserção da luta antiespecista dentro das escolas, em que pese nossas diferenças.

<sup>16</sup> Acreditamos que docentes e pesquisadoras/es, das diferentes disciplinas escolares, sensíveis à discussão aqui desenvolvida, podem conceber propostas pertinentes ao seu campo de atuação. Algumas referências bibliográficas aqui citadas, inclusive, podem ser utilizadas como disparadoras. De todo modo, seguem algumas sugestões bem abrangentes: a) em história e geografia, pode-se trabalhar criticamente a relação entre seres humanos e animais não-humanos no processo histórico de ocupação humana da Terra e seus respectivos modos de produção, incluindo as possibilidades histórico-geográficas atuais; b) nas ciências da natureza (cada uma com sua especificidade) e geografia, a discussão sobre os impactos ambientais e as mudanças climáticas provocados pelo modo de produção capitalista pode ser qualificada com o estudo da profunda influência da indústria agropecuária e do consumo de carnes e outros derivados de animais em tais processos e eventos; c) em filosofia, sobretudo no âmbito da discussões metafísicas e ético-morais, mas também na biologia, o estatuto e a dignidade dos seres não-humanos pode ser considerado por uma perspectiva menos antropocêntrica; d) nas disciplinas de língua portuguesa, literatura e artes podem ser estudadas as diversas expressões especistas presentes em nossa comunicação e produções artísticas, bem como podem ser trabalhadas maneiras de superá-las.

Recebido em: 28 de maio de 2023

Aprovado em: 30 de ago. 2024